

## Transgênicos

## Controle global

POR MEIO da manipulação de genes, a biotecnologia agrícola possibilita desenvolver plantas tolerantes a herbicidas, resistentes a pragas e enfermidades, bem como outras que podem sobreviver a solos secos ou com salitre. A tecnologia possibilita o cultivo de alimentos com mais vitaminas e até vacinas contra doenças. Mas, persiste a discussão se os organismos geneticamente modificados são perigosos para o ambiente e a saúde humana.

No final de fevereiro último, aproximadamente 150 delegados de 30 governos estiveram reunidos na Chancelaria do México, na capital do país. Na agenda constava a definição do regime que aplicará o Artigo 27 do protocolo sobre “responsabilidade e compensação” por danos causados pelo movimento transfronteiriço de transgênicos, em vigor desde 2003. Sem avanços, as negociações realizadas expuseram as dificuldades quase insolu-

## Pendências no ar

## As dúvidas que persistem

O emprego da expressão “CONTÉM OVMS”, carrega dúvidas como:

- Onde realizar os testes: porto de origem ou de chegada? E se os resultados forem distintos?
- Qual a metodologia da amostragem?
- Quem banca os *demurrage costs* (custos de retenção e atraso dos navios)?
- Como manter cada lote testado em absoluta separação de qualquer outro?
- Se as cargas forem misturadas, quem refaz os testes?
- Quando a carga é dividida, como fica a documentação?
- E as regras entre os países-parte e não-parte?
- É possível assegurar 0% de OVMS?

## Biossegurança

O Protocolo de Cartagena sobre Biosegurança é um tratado ambiental internacional aprovado em janeiro de 2000, que entrou em vigor em 11 setembro de 2003. O Brasil é o único grande exportador agrícola a assinar e a ratificar o protocolo. Os Estados Unidos, a Argentina, Austrália e o Canadá ficaram fora.

Seu principal objetivo é contribuir para assegurar um nível de proteção adequado em relação à transferência, manipulação e uso dos organismos vivos modificados geneticamente, os chamados OVMS.

Até o momento foram realizadas três reuniões (Meeting of Parts – MOP):

**MOP 1:** na Malásia, em 2004, com a participação de representantes de entidades internacionais e organizações não-governamentais (ONGs) de mais de 160 países, onde se tratou de aspectos operacionais e institucionais referentes à implantação do protocolo e à identificação de OVMS, entre outros temas;

**MOP 2:** no Canadá, em 2005. Os principais pontos abordados foram a identificação de OVMS destinados à alimentação humana, animal e ao processamento; e a criação de um regime de responsabilidade e compensação pelo danos causados.

Foi definido um prazo de quatro anos (terminou em 2007) para que as regras e os procedimentos internacionais sobre a responsabilidade e a reparação dos possíveis danos causados pelo movimento transfronteiriço de OVMS venham a ser estabelecidos.

**MOP3:** em Curitiba, em março de 2005. Foi tomada a decisão provisória de adotar a expressão “pode conter”. Até seis meses antes do MOP 4, a realizar –se no Japão em outubro de 2010, os países signatários deverão apresentar seus procedimentos para implementar a identificação dos OVMS.

Nas três conferências, os países-parte não chegaram a um consenso. O Brasil adotou, a partir de Montreal, a opção “Pode Conter OVMS” baseada no pressuposto de que tal identificação evita custos desnecessários e garante o nível de biossegurança proposto pelo protocolo.

veis para obter um acordo internacional sobre a questão. Os trabalhos continuarão no próximo ano, possivelmente em fevereiro, na Malásia.

O objetivo é chegar a um consenso antes da conferência dos países que aderiram ao Protocolo de Cartagena, programada para outubro de 2010, no Japão. O núcleo da divergência está na aplicação do princípio precautório, para evitar a entrada ou o uso dos organismos geneticamente modificados.

De positivo, a posição “mais aberta” das partes para um acordo sobre um regime de compensação de caráter administrativo, definido nos detalhes em cada país. Há dificuldade para estabelecer um regime universal, porque cabe considerar fatores ambientais, mau uso de sementes e seu transporte, o manejo, a presença de outras espécies.

A área de cultivo de transgênicos no mundo cresce sem parar desde as suas primeiras autorizações comerciais em 1996, e já inclui 125 milhões de hectares em 25 países e usados por 13,3 milhões de agricultores. Uma grande quantidade de alimentos processados com esses produtos circula no mercado e é consumida por milhões de pessoas. ■